



Poder Judiciário
Justiça Comum
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO nº 2024060373 (PA-TJ)

Assunto: HONORÁRIOS PERICIAIS - Expediente do Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa, requisitando pagamento de honorários em favor de Alisson Barreto Fernandes, pela perícia a ser realizada no Processo nº 0800058-90.2024.8.15.0371, movido por RENATO ABRANTES CAVALCANTE, em face de GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA.

Data da Autuação: 20/05/2024

Parte: 3ª Vara Mista / Sousa e outros(1)



Número: 0800058-90.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/01/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RENATO ABRANTES CAVALCANTE (REQUERENTE)		PEDRO LUCAS ALENCAR DA SILVEIRA (ADVOGADO)	
GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
84038749	04/01/2024 17:08	Despacho	Despacho
89660974	30/04/2024 08:24	Termo de Audiência	Termo de Audiência
90712424	20/05/2024 11:18	Ofício (Outros)	Ofício (Outros)



Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Mista de Sousa

Processo nº. 0800058-90.2024.8.15.0371

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça.

Registra-se na petição inicial pedido de curatela provisória.

Consoante o art. 87 da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a concessão de curatela provisória exige prévia manifestação do *Parquet*.

Destarte, vista ao Ministério Público.

Sousa-PB, 4 de janeiro de 2023.

Bernardo Antonio da Silva Lacerda

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba



Assinado eletronicamente por: BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA - 30/04/2024 08:24:34
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24043008243372700000084263280>
Número do documento: 24043008243372700000084263280

Num. 89660974 - P 1

Documento 1 página 3 assinado, do processo nº 2024060373, nos termos da Lei 11.419. ADME.66561.26171.46122.61967-3
José Riido de Figueiredo [568.440.934-20] em 20/05/2024 13:22

3ª Vara Mista de Sousa
Rua Francisco Vieira da Costa, S/N, Raquel Gadelha, SOUSA - PB - CEP: 58804-725
SOUSA
()

TERMO DE AUDIÊNCIA

Ao(s) trinta dia(s) do mês de abril do ano dois mil e vinte e quatro (30/04/2024), às 08h00min, teve lugar a audiência de entrevista, realizada nas dependências do Fórum José Mariz, onde presente se encontrava o Exmº. Dr. **BERNARDO ANTONIO DA SILVA LACERDA**, Juiz de Direito da 3ª Vara da Comarca de Sousa, comigo, Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor(a) de Gabinete de seu cargo, nos autos da Ação de Interdição, Proc. Nº 0800058-90.2024.8.15.0371, ajuizada por **RENATO ABRANTES CAVALCANTE** em face de **GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA**. Aos pregões de estilo, **compareceu(ram) e/ou estava(m) conectado(a)(s) o(a) Dr(a). GLÁUCIA DA SILVA CAMPOS PORPINO**, Promotor(a) de Justiça, o(a) interditante, acompanhado(a) pelo(a) advogado(a) Pedro Lucas Alencar da Silveira, OAB/PB 26.654, e o(a)(s) interditando(a)(s).

Ausente(s)/desconectado(a)(s) membro(s) da equipe interprofissional. Aberta a audiência virtual, pelo MM Juiz foi dito: A equipe interprofissional em exercício nesta unidade judiciária se encontra(m) no exercício de outras atribuições institucionais, o que impede as suas participações neste ato. Todavia, não se faz necessário o reagendamento da audiência de entrevista, pois que a presença da equipe interprofissional não é indispensável a sua realização. Vejamos esta referência jurisprudencial: “O interrogatório da pessoa interditada é ato pessoal do juiz, que não admite a intervenção de patronos e fiscais, daí que não há nulidade pela ausência do Ministério Público na audiência de impressão pessoal” (RT 760/377). **Ato contínuo, o MM Juiz de Direito passou a proceder à entrevista do(a) interditando(a)**, pelo método audiovisual (cf. mídia anexa). **Prosseguindo, pelo MM Juiz de Direito foi dito:** A título de registro, para colaborar com o julgamento da causa, consigna-se que o(a) interditando(a) não interagiu com o magistrado, portanto, não fora possível identificar se há falta/redução de discernimento. Permaneçam os autos em cartório pelo prazo de 15 (quinze) dias, aguardando apresentação de eventual impugnação (art. 752, caput, do CPC).

Decorrido o prazo sem impugnação, fica de logo designada a Dra. Maria Aldevan Abrantes Fortunato, Assistente Jurídica da Defensoria Pública, para atuar na condição de curador(a) especial (art. 752, §2º, do CPC), a quem deve ser dada vista dos autos para oferecimento de impugnação no prazo legal. **Superada esta fase**, com base na Resolução TJPB nº 09/2017, nomeio Dr. Alisson Barreto Fernandes para realização da perícia nestes autos. Arbitro os honorários periciais em R\$ 370,00, conforme Ato da Presidência nº 43/2022. Requisite-se a reserva orçamentária ao TJPB. Com a reserva orçamentária, agende-se a perícia com o referido profissional, intimando-se o(a) interditante para comparecimento com o(a) interditando(a). Disponibilizado o laudo pelo perito, requisite-se ao TJPB o pagamento dos honorários periciais. Ciente o(s) presente(s)/conectado(a)(s) em/na audiência virtual.

E, nada mais havendo a tratar, mandou o MM Juiz de Direito encerrar este termo que, lido e achado conforme, e dada a impossibilidade de assinatura pelo(a)(s) outro(a)(s) participante(s) em razão da realização do ato por videoconferência, vai



devidamente assinado eletronicamente pelo(a) magistrado(a). Eu, Maria Andreyna Gonçalves da Silva,
Analista/Técnico(a) Judiciário(a)/Assessor de Gabinete, o digitei.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

REQUISIÇÃO DE RESERVA ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO DE HONORÁRIOS

1. DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA

Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba,

Considerando que o(a) Senhor(a) Dr. **ALISSON BARRETO FERNANDES**, aceitou o encargo de Tradutor, Interprete ou **perito**, sendo nomeado conforme despacho/decisão ID , venho requerer que seja realizada a **Reserva Orçamentária** para suportar o encargo relativo a despesa decorrente dos serviços prestados no processo adiante especificado.

Por oportuno, informo ainda, que a parte REQUERENTE: RENATO ABRANTES CAVALCANTE é beneficiária da Justiça Gratuita, conforme despacho Id

1. 1 DOS DADOS GERAIS DO PROCESSO

1.1.1 Processo judicial Nº. **0800058-90.2024.8.15.0371**

1.1.2 Natureza da ação: **INTERDIÇÃO (58)**

1.1.3 Unidade judiciária requisitante: **JUÍZO DA 3A VARA MISTA DE SOUSA - PB**



1.1.4 Autor (es): **REQUERENTE: RENATO ABRANTES CAVALCANTE**, CPF/CNPJ: **PEDRO LUCAS ALENCAR DA SILVEIRA(087.855.884-58); RENATO ABRANTES CAVALCANTE(114.245.954-36);**

1.1.5 Réu (s): **REQUERIDO: GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA**, CPF/CNPJ: **xxx.xxx.xxx-xx**

1.1.6 Natureza do serviço: () Tradução () Interpretação (**x**) Perícia

1.1.7 Natureza dos honorários: () Adiantamento (**X**) Finais

1.1.8 Valor arbitrado **R\$ 370,00(TREZENTOS E SETENTA REAIS)**

1.2 DOS DADOS DO PERITO

1.2.1 Nome: **ALISSON BARRETO FERNANDES**

1.2.2 Endereço: **RUA CEL JOSÉ AVELINO QUEIROGA, N° 517, CENTRO, POMBAL/PB, CEP 58840-000**

1.2.3 Telefone (s): **83-9 9942 4834**

1.2.4 CPF: **046.443.074-75**

1.2.5. Banco: **BANCO DO BRASIL** ; 1.2.6. Agência: **0151-1** ; 1.2.6 Conta: **64333-5**

1.2.7 Inscrição PIS/PASEP: **21290632482**

1.2.8 Inscrição no Conselho Competente: **CRM 7218 - RQE 6533**

1.3 ANEXAR AS SEGUINTE PEÇAS:



1.3.1 Decisão que deferiu a gratuidade judiciária.

1.3.2 Decisão que arbitrou os honorários periciais.

Sousa (PB), em 20 de maio de 2024

<p>MARIA DE FATIMA SILVA</p> <p>Analista/Técnico Judiciário Judiciário</p> <p>Assinatura eletrônica</p>	<p>Agílio Tomaz Marques</p> <p>Juiz de Direito</p> <p>3ª Vara Mista de Sousa</p> <p>Assinatura eletrônica</p>
---	---



Número: 0800058-90.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/01/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RENATO ABRANTES CAVALCANTE (REQUERENTE)		PEDRO LUCAS ALENCAR DA SILVEIRA (ADVOGADO)	
GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
84032839	04/01/2024 10:56	Petição Inicial	Petição Inicial



**AO JUÍZO DE DIREITO DA VARA 3ª VARA MISTA DA COMARCA DE
SOUSA-PB.**

RENATO ABRANTES CAVALCANTE, brasileiro, solteiro, odontólogo, portador(a) do RG nº 4.010.139, SSDS/PB e CPF nº 114.245.954-36, residente e domiciliado a Rua Rua Salustiano José Pinto, Sousa-PB, CEP: 58.800-000, com telefone (83) 99343-7796 (Cel e Whats), por seu advogado, devidamente habilitado, conforme instrumento procuratório junto, e escritório sito à Rua Sinfrônio Nazaré, 46, 1º Andar, Sala 1, Centro, Sousa (PB), onde recebe as intimações, respeitosamente vem perante Vossa Excelência ajuizar, como de fato ajuíza, a presente

**AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA
PROVISÓRIA EM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA**

Em face de **GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA**, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada no mesmo endereço da requerente, pelas razões de fato e de direito abaixo elencadas.

I- PRELIMINARMENTE DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, a demandante requer, desde já, os benefícios da Justiça Gratuita prevista nos artigos 98 a 102 do CPC, isentando-a dos pagamentos das custas processuais e possíveis honorários sucumbenciais, uma vez que, conforme declaração de estado de pobreza para fins judiciais – em anexo, a promovente não tem condições de arcar com tais encargos sem comprometer o seu sustento e de sua família

II- DOS FATOS

O requerente é filho da interditanda, conforme documentos acostados.

A interditanda sofreu um Acidente vascular cerebral (AVC) CID 10 I-64, ficando com sequela na parte motora e cognitiva secundária, ficando assim impossibilitada de tomar qualquer decisão na sua vida cível e precisando sempre de auxílio para desempenhar suas atividades diárias, conforme comprova o atestado médico anexo, sendo totalmente dependente do filho.

A cada dia que passa a interditanda vem necessitando maiores cuidados, de modo que atualmente, é totalmente incapacitada de gerir sua vida e seus atos.

Escritório sito à Rua Sinfrônio Nazaré, nº 46, sala 01, centro, cidade de Sousa – PB, CEP: 58.800-240

Dr. Pedro Lucas 98182-1225 (Claro / whatsapp)





Número: 0800058-90.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/01/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RENATO ABRANTES CAVALCANTE (REQUERENTE)		PEDRO LUCAS ALENCAR DA SILVEIRA (ADVOGADO)	
GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
84032844	04/01/2024 10:56	04-Documento Pessoal-2	Documento de Comprovação

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO

NOME
GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
2971411 SSP PB

CPF
051.394.834-16

DATA NASCIMENTO
05/06/1978

FILIAÇÃO
GERALDO RODRIGUES
SARMENTO
MARIA DE FATIMA
ABRANTES SARMENTO

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB. AB

Nº REGISTRO
05383960795

VALIDADE
29/04/2031

1ª HABILITAÇÃO
20/12/2011

OBSERVAÇÕES
A;

ASSINATURA DO PORTADOR
Genilda Abrantes S de Almeida

LOCAL
SOUSA, PB

DATA EMISSÃO
10/05/2021

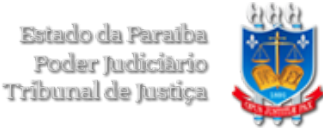
ASSINATURA DO EMISSOR
06902574870
PB042738350

PARAÍBA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1855741939

PROIBIDO PLASTIFICAR
1855741939





Página Inicial ▶ Peritos
(/sighop/index.jsf)

Cadastro de Peritos e Órgãos de Perícia

Tipo de Pessoa:

☐ Física ☐ Jurídica

Nome completo: *

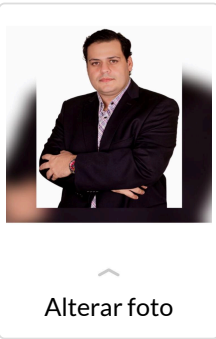
ALISSON BARRETO FERNANDES

Data nascimento: *

23/06/1982

Sexo: *

Masculino



Alterar foto

Nome Social:

CPF: *

046.443.074-75

Identidade: *

2648967_____

Órgão: *

SSDSPB

INSS/PIS/PASEP: *

21290632482

Tipo: *

PIS/PASEP

Escolaridade: *

Pós-graduação

Nome da mãe: *

NUBIA BARRETO FERNANDES

Nome do pai:

MANOEL FRANCISCO FERNANDES

Email: *

alissonparaiba@hotmail.com

Telefone: *

(83) 99942-4834

☐ Tornar dados de contato públicos

Profissão *

Profissão	Área de Atuação	Nº Registro	Opções
Médico	PSIQUIATRIA	7218PB	<div><div></div><div></div></div>

Adicionar profissão

Municípios de atuação: *

Pombal

Endereço *

CEP

58840-000

☐ Não sei o CEP

Estado *

Paraíba (PB)

Município / Localidade *

Pombal

Bairro ?

Centro

Logradouro *

RUA JOSÉ AVELINO QUEIROGA

Número * ?

517

Complemento

Nº do apto., edifício, referência, etc.

Arquivos comprobatórios *

Arquivo	Remover
DOCUMENTOS DE COMPROVAÇÃO	<div></div>

Anexar arquivo

Dados bancários

Banco: *

Banco do Brasil S.A.

Agência: *

05215__

Conta: *

643335_____

Tipo conta: *

Corrente

Gravar cadastro



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.060.373

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico Psiquiatra - alissonparaiba@hotmail.com

Os presentes autos versam sobre requisição reserva orçamentária para pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico Psiquiatra, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0800058-90.2024.8.15.0371, movido por RENATO ABRANTES CAVALCANTE, CPF 114.245.954-36, em face de GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA, CPF 051.394.834-16, perante o Juízo do 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

A Resolução 09/2017, deste Tribunal, de 21 de junho de 2017, modificada pela Resolução nº 12, de 10 de março de 2021, publicada no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 11 imediato, disciplinou no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus, os procedimentos relativos ao pagamento dos honorários periciais, nos casos em que a parte goze da gratuidade da justiça.

No § 1º, do art. 4º, da mencionada resolução, restou anotado que os valores a serem pagos pelos serviços de perícia de responsabilidade de beneficiário da gratuidade da justiça, na hipótese do art. 95, 3, II, do Código de Processo Civil, são os fixados na tabela constante no Anexo da Resolução 232, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

Em seu art. 5º, ressaltou que o juiz, ao fixar os honorários, poderá ultrapassar o limite fixado na tabela, anexo da Resolução, em até 05 (cinco) vezes, desde que de forma fundamentada e atendendo ao grau de especialização do perito, à complexidade da matéria, o lugar e o tempo exigidos para a prestação do serviço, ficando, nesse caso, o pagamento condicionado à aprovação pelo Conselho da Magistratura.

O Ato 99/2017, da Presidência deste Tribunal, à sua vez, dispôs sobre o procedimento das requisições de pagamento de honorários de peritos, oriundas de processos judiciais em tramitação sob o pálio da justiça gratuita, no âmbito da Justiça Estadual da Paraíba de primeiro e segundo graus.

Pelos documentos acostados aos autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra

devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, faltando, apenas, a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório, a fim de possibilitar o pagamento respectivo.

Em razão do exposto, autorizado pelo inciso IV, § 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial, encaminhem-se os presentes autos à Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal – GEORC – para, havendo disponibilidade econômica financeira, proceder à reserva orçamentária, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito, Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, para realização de perícia nos autos do processo nº 0800058-90.2024.8.15.0371, movido por RENATO ABRANTES CAVALCANTE, CPF 114.245.954-36, em face de GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA, CPF 051.394.834-16, perante o Juízo do 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

.Realizada a reserva orçamentária do valor dos honorários solicitados, sejam os presentes devolvidos a esta Diretoria para aguardar a comprovação da entrega do laudo e subsequente pedido do pagamento respectivo.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor do presente despacho, mediante a remessa de cópia, que servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 05 de junho de 2024

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0800058-90.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/01/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RENATO ABRANTES CAVALCANTE (REQUERENTE)		PEDRO LUCAS ALENCAR DA SILVEIRA (ADVOGADO)	
GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
91586253	05/06/2024 10:01	honorários periciais - reserva orçamentária	Comunicações



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo Administrativo n. 2024060373

Interessado: Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico Psiquiatra

Assunto: Reserva Orçamentaria para pagamento de Honorários autos da Ação:
0800058-90.2024.8.15.0371.

Valor: R\$ 370,00 e Previdência: R\$ 74,00 valor arbitrado nos termos de fls. 17.

Informação Orçamentária

Trata os presentes autos acerca da solicitação de reserva orçamentária para pagamento de honorários periciais, em favor do perito nomeado: **Alisson Barreto Fernandes – Perito Médico Psiquiatra** - nos atos do processo **0800058-90.2024.8.15.0371**

Em atendimento ao despacho retro, informamos que o desembolso relativo a presente solicitação, ocorrerá por conta dos recursos oriundos do Fundo Especial do Poder Judiciário, **de acordo com a LEI N° 13.041, DE 15 DE JANEIRO DE 2024, para o exercício atual, na seguinte classificação funcional programática:**

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.36 – Serv. de Terc.Pessoa Física	760
05.901	02	122	5046	4892 – Manut. De Serv. Adm. – 1º Grau	33.90.47 – Obrig. Contributivas	760

*Reservas n. 15 e 17

GEORC, em João Pessoa, 06 de junho de 2024

Erivalda Rodrigues Duarte
Gerente



Número: 0800058-90.2024.8.15.0371

Classe: **INTERDIÇÃO**
Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sousa**
Última distribuição : **04/01/2024**
Valor da causa: **R\$ 1.412,00**
Assuntos: **Curatela**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **SIM**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RENATO ABRANTES CAVALCANTE (REQUERENTE)		PEDRO LUCAS ALENCAR DA SILVEIRA (ADVOGADO)	
GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
93775826	15/07/2024 11:41	Certidão	Certidão
93775829	15/07/2024 11:41	LAUDO PERICIAL - 0800058-90.2024	Laudo Pericial



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
3ª Vara Mista de Sousa

PROCESSO Nº 0800058-90.2024.8.15.0371

INTERDIÇÃO (58)
[Curatela]

REQUERENTE: RENATO ABRANTES CAVALCANTE
REQUERIDO: GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

3ª Vara Mista de Sousa-Pb, 15 de julho de 2024.

MARIA DE FATIMA SILVA
Técnico Judiciário





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
3ª Vara Mista de Sousa

Processo N°: 0800058-90.2024.8.15.0371
INTERDIÇÃO (58) [Curatela]
REQUERENTE: RENATO ABRANTES CAVALCANTE
REQUERIDO: GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA

TERMO DE COMPROMISSO

Interdição nº 0800058-90.2024.8.15.0371

Aos 29 (Vinte e nove) dias do mês de maio do ano dois mil e vinte e quatro (29/05/2024), nesta cidade de Sousa-PB, no Fórum local, perante o Exmº Dr. **Agílio Tomaz Marques**, Juiz de Direito da 3ª Vara, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado, sendo aí compareceu o(a) **Dr. ALISSON BARRETO FERNANDES - CRM 7218 - RQE 6533**, exercendo atividades no CENTRAL MÉDIC, sito à Rua: Deocleciano Pires, 12, Centro, Em frente à Praça Bom Jesus, Sousa-PB, a quem o MM. Juiz deferiu o compromisso legal de desempenhar o cargo de PERITO(A) nos autos da Ação de Interdição nº 0800978-35.2022.8.15.0371, com a finalidade de realizar exame no(a) interditando(a) **GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA**, brasileira, casada, comerciante, portadora da RG/SSP/PB nº 2971411 - SSP-PB e inscrita no CPF/MF nº 051.394.834-16. Aceito o compromisso que prometeu cumprir, determinou o MM. Juiz fosse lavrado o presente termo que lido e achado conforme, segue devidamente assinado. Eu, Maria de Fátima Silva, Técnica Judiciária, digitei-o e subscrevo.

Agílio Tomaz Marques

Juiz de Direito em Substituição

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria
(Assinatura e Carimbo/CRM)

Processo N°: 0800058-90.2024.8.15.0371
INTERDIÇÃO (58) [Curatela]
REQUERENTE: RENATO ABRANTES CAVALCANTE
REQUERIDO: GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 29/05/2024 11:19:00
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052911190008300000085764088>
Número do documento: 24052911190008300000085764088

Num. 91288137 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 15/07/2024 11:41:13
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071511411098300000087949415>
Número do documento: 24071511411098300000087949415

Num. 93775829 - Pág. 1

QUESITOS

RG: 2.971.411 JSP/AB
CPF: 051.394.834-16

INTERDITANDO(A):

GENILDA ABRANTES JARMENÔ DE ALMEIDA

1. O(A) INTERDITANDO(A) É PORTADOR(A) DE DEFICIÊNCIA DE NATUREZA FÍSICA, MENTAL INTELLECTUAL OU SENSORIAL, DE CAUSA TRANSITÓRIA OU PERMANENTE?

R: SIM, SEQUELA DE AVC-ISMÊMICO - I64,
E DEMÊNCIA VASCULAR F01.9.

2. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA FÍSICA, QUAL O SISTEMA ORGÂNICO COMPROMETIDO, SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: PACIENTE SEQUELA DE AVC-ISMÊMICO,
HEMIPLEGIA A (direita).
CID-10: I64/G81.9

3. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA SENSORIAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: SEQUELA DE AVC-ISMÊMICO /
SURDEZ BILATERAL, MONOSSENSORIAL,
I64/H90.31

4. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?

R: Há DEMÊNCIA VASCULAR, ADQUIRIDA,
DEBILITANTE DO AVC-ISMÊMICO EXTENSO.
CID-10: I64/F01.9

5. TRATANDO-SE DE DEFICIÊNCIA MENTAL, CUIDA-SE DE RETARDO MENTAL OU DE OUTROS QUADROS PSICOPATOLÓGICOS, QUAL SUA ETIOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO NA CID-10?



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 29/05/2024 11:19:00
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052911190008300000085764088>
Número do documento: 24052911190008300000085764088

Num. 91288137 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 15/07/2024 11:41:13
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071511411098300000087949415>
Número do documento: 24071511411098300000087949415

Num. 93775829 - Pág. 2

R: TRATA-SE DE AVE-ISOÊNIO, I 64
COM SÍNDROME DE DEMÊNCIA VASULAR,
FOL. 9, HEMIPLEGIA A @ GBL. 9, E DE
SÍNDROME BILATERAL NEUROMOTORIAL, H 90.3

6. QUAL O GRAU DA DEFICIÊNCIA INDICADA?

R: A DEFICIÊNCIA É GRAVE E SEVERA.

7. A DEFICIÊNCIA INDICADA COMPROMETE A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE
OU CAUSA PREJUÍZO AO DISCERNIMENTO, NOTADAMENTE PARA A PRÁTICA DE ATOS DE NATUREZA
PATRIMONIAL OU NEGOCIAL?

R: HÁ SEVERO COMPROMETIMENTO DA CONSCIENTE,
DA EXPRESSÃO DA VONTADE E DO DISCERNIMENTO,
E INCAPACIDADE TOTAL DE CORRER.

8. APRESENTE O PERITO OS ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE REPUTE NECESSÁRIOS.

Sousa-PB, 120724 A DEFICIÊNCIA EM CONTA-SE
TOTALMENTE INCAPACITADA

MÉDICO

Atos da vida civil, p/
GÉRIN BENF, NEGÓCIO OU
RECURSO.

(Assinatura e Carimbo/CRM)

Dr. Alisson Barreto
Médico Psiquiatra
CRM-PB 7218 RQE 6533
Membro Titular da Associação Brasileira de Psiquiatria



Assinado eletronicamente por: AGILIO TOMAZ MARQUES - 29/05/2024 11:19:00
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24052911190008300000085764088>
Número do documento: 24052911190008300000085764088

Num. 91288137 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: MARIA DE FATIMA SILVA - 15/07/2024 11:41:13
<https://pje.tjpb.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24071511411098300000087949415>
Número do documento: 24071511411098300000087949415

Num. 93775829 - Pág. 3



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Diretoria Especial

Processo nº 2024.060.373

Requerente: Juízo da 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa

Interessado: Alisson Barreto Fernandes - Perito Médico Psiquiatra - alissonparaiba@hotmail.com

Tratam os presentes autos, neste momento, sobre pagamento de honorários, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrados em favor do Perito Médico Psiquiatra Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482, nascido em 23/06/1982, CBO 225140, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0800058-90.2024.8.15.0371, movido por RENATO ABRANTES CAVALCANTE, CPF 114.245.954-36, em face de GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA, CPF 051.394.834-16, perante o Juízo do 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Realizada a reserva orçamentária, pela Gerência de Programação Orçamentária para o corrente exercício – fl. 20 – foi trazido para os presentes autos o Laudo pericial de fls. 24/25.

Analisando os autos do processo em referência, verifica-se que o feito se encontra devidamente instruído e obedece às normas legais previstas na Resolução 09/2017, ou seja, constam no presente feito: (1) número do processo ordinário; (2) nome e CPF das partes; (3) valor dos honorários finais; (4) endereço, telefone, inscrição no INSS, número da conta bancária do perito; (5) declaração judicial de reconhecimento do direito à Justiça Gratuita; (6) natureza e característica da atividade desempenhada pelo auxiliar do Juízo, bem como a comprovação de entrega do laudo pericial em cartório.

Consultando o Sistema de Cadastro de Peritos deste Tribunal – SIGHOP, foi possível constatar que o cadastro do Perito Médico Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, encontra-se em situação de ativo.

Em razão do exposto, autorizo a despesa, escudado pelo inciso IV, Parágrafo 1º do Ato nº 03/2021, da Presidência deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça Eletrônico deste Estado, do dia 12 de fevereiro de 2021, que delegou atribuições ao Diretor Especial.

À Gerência de Programação Orçamentária deste Tribunal, a fim de que seja emitida nota de empenho, no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), arbitrado em favor do Perito Médico Psiquiatra Alisson Barreto Fernandes, CPF 046.443.074-75, com inscrição no PIS/PASEP sob nº 21290632482 nascido em 23/06/1982, CBO 225140, pela realização de perícia nos autos do processo nº 0800058-90.2024.8.15.0371, movido por RENATO ABRANTES CAVALCANTE, CPF 114.245.954-36, em face de GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA, CPF 051.394.834-16, perante o Juízo do 3ª Vara Mista da Comarca de Sousa.

Emitida a nota de empenho respectiva, sejam os autos devolvidos a esta Diretoria, para ciência do perito nomeado, a fim de providenciar o encaminhamento da nota fiscal da perícia realizada com a indicação do número do processo judicial respectivo, assim como o comprovante de pagamento do imposto, lembrando, ainda, que a nota fiscal deverá ter data posterior à da nota de empenho, obedecendo o que preconiza o art. 60 da Lei 4.320, através do endereço eletrônico diesp.@tjpb.jus.br, para possibilitar o pagamento respectivo, através da Gerência de Finanças e Contabilidade deste Tribunal.

Cientifique-se o Juízo requisitante do inteiro teor da presente decisão, cuja cópia servirá de ofício.

Diretoria Especial do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 25 de julho de 2024.

Robson de Lima Cananéa – Diretor Especial



Número: 0800058-90.2024.8.15.0371

Classe: INTERDIÇÃO
Órgão julgador: 3ª Vara Mista de Sousa
Última distribuição : 04/01/2024
Valor da causa: R\$ 1.412,00
Assuntos: Curatela
Segredo de justiça? NÃO
Justiça gratuita? SIM
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RENATO ABRANTES CAVALCANTE (REQUERENTE)		PEDRO LUCAS ALENCAR DA SILVEIRA (ADVOGADO)	
GENILDA ABRANTES SARMENTO DE ALMEIDA (REQUERIDO)		MARIA ALDEVAN ABRANTES FORTUNATO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
97379386	25/07/2024 10:36	Honorarios Periciais - Pagamento	Outros Documentos